

## TEXTO IV

**Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna.**

### **A possibilidade de articulação sociedade/ natureza no marxismo**

*RAQUEL MARIA FONTES DO AMARAL PEREIRA*

Em linhas gerais, pode-se distinguir no marxismo uma preocupação com a totalidade e, por isso mesmo, ele expressa um método que viabiliza a união entre ciência e história. A solução para afastar a antinomia natureza/ sociedade pode ser alcançada através do materialismo histórico enquanto teoria que considera simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem. O marxismo instaura uma nova relação entre o homem finito e o mundo sensível que evita cair, quer no monismo materialista, quer no monismo espiritualista. Ele coloca-se num plano decididamente humanista e historicista, em que tanto a historicidade da natureza quanto a naturalidade da história são contempladas.

Para Marx, a "natureza representa a realidade extra-humana, independente dos homens, mas ao mesmo tempo por

eles mediada" (QUAINI, 1979, p. 44). Ele não toma a natureza como problema filosófico central de suas obras. A natureza o interessa enquanto terreno da história universal, enquanto criação do homem através do seu trabalho, como momento da práxis humana, como produção social. A história, para Marx, pode ser considerada em dois aspectos distintos: na história da natureza e na ciência dos homens. A natureza, no entanto, é vista como anterior ao homem, mas, por outro lado, ela tanto exterior como faz parte do próprio homem. A história natural é uma história que o homem não fez — como aliás já havia afirmado Vico no século XVIII — e, para a compreensão do que é o homem, deve-se partir da história que ele próprio fez ao se fazer, ou seja, distinguindo-se do natural. Porém, os dois aspectos não podem ser separados, pois, como diz Marx, "enquanto existiram homens, a história da natureza e a história humana se determinarão mutuamente"(MARX; ENGELS, 1984, p. 11). O homem se diferencia do animal tão logo começa a produzir seus meios de vida para a satisfação de suas necessidades. Este é o primeiro ato histórico que tem como pressuposto o homem com sua constituição física e a natureza com seus materiais. "Toda a historiografia tem que partir destas bases naturais e da sua modificação ao longo da História pela ação dos homens. (MARX; ENGELS, 1984, p. 15). Isto significa dizer que história

é um processo de desnaturalização em que o homem, ao transformar a natureza, transforma-se, e que, independente do modo ou forma como os homens produzem seus meios de vida, existe e existirá sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. E nesse contexto que se situa a afirmação de que é pelo trabalho que o homem produz a sua existência. Nas sociedades mais primitivas (ou pré-capitalistas), onde a terra é objeto e meio universal de trabalho, há uma relação direta, há uma profunda identidade entre o homem e a natureza. O ritmo do trabalho da vida dos homens repete o ritmo da própria natureza, pois as condições de existência mais primitivas fazem com que a mais-valia esteja intimamente ligada aos elementos naturais, como, por exemplo, a fertilidade do solo e as condições climáticas. Nas sociedades mais complexas, o vínculo será rompido e a obtenção da mais-valia não estará tão intimamente relacionada à seletividade das forças naturais. Nas sociedades capitalistas é visível a expropriação dos homens através da apropriação da natureza, mediante o uso da força de trabalho desses homens. O capital separa os homens da natureza e dirige a produção da existência alterando o ritmo do trabalho e o dos homens. O processo do trabalho que implica uma relação homem-meio, ao voltar-se obsessivamente para o lucro, através da produção de mercadorias de baixo custo, estabelece uma relação de predação

com a natureza. Opera-se então a passagem da identidade entre homem e natureza para a contradição; da identificação passa-se à degradação ambiental, colocando-se em xeque a antiga postura contemplativa do homem em relação à natureza. Assim, a separação do homem do conjunto dos meios de produção tende a se aprofundar porque ele passa a ver a natureza como propriedade sua e como tal pode dispor dela como o desejar. Se, num primeiro momento do processo produtivo, o baixo grau de fertilidade do solo impede o homem de produzir, por exemplo, o trigo, num momento posterior o capital produz o solo e o trigo. E, nesse processo, assiste-se a uma desnaturalização constante, ou seja, as condições naturais vão perdendo seus elementos determinantes, pois o homem passa a criar uma "segunda natureza".

Portanto, no processo de desenvolvimento histórico, independente do modo como os homens produzem seus meios de vida, manifesta-se sempre um intercâmbio entre o homem e a natureza. A cada modo de produção corresponderá uma forma diferente de o homem se relacionar com a natureza, podendo agir mais ou menos intensamente sobre ela. Na fase mais desenvolvida do modo de produção capitalista, a natureza é

dominada pela burguesia e colocada a serviço do processo produtivo<sup>1</sup>.

O ponto de partida da história dos homens está nas relações sociais mediadas pela natureza. As relações dos homens entre si é que vão definir as relações dos homens com as coisas naturais e, ao mesmo tempo, são definidas por essas últimas — as relações dos homens com a natureza. No modo de produção capitalista, verifica-se uma subversão das relações que estão na base das sociedades anteriores. O trabalhador, ao chegar ao mercado para vender sua força de trabalho, além de revelar a enorme distância que o separa do homem primitivo, em que a força de trabalho aparece ainda em forma de instinto, está negando suas relações com a natureza, pois, no capitalismo, as relações de produção são ditadas, já não apenas pelo domínio do homem sobre a natureza, mas pelo domínio dos homens sobre os próprios homens. Há uma progressiva dissociação do homem em relação à natureza, que acaba por se realizar plenamente só na relação entre trabalho assalariado e capital.

Marx, como se vê, não considera apenas a separação do homem em relação à natureza e a história da gradativa ampliação

---

<sup>1</sup> A natureza, nesta fase, ao ser dominada, deixa de constituir problema para o capital, mas passa a ser problema para o próprio homem, ameaçando sua existência.

do domínio humano sobre aquela. Ele também distingue as sociedades pré-capitalistas da sociedade capitalista, destacando que nas primeiras há uma relação menos dicotômica entre o humano e o meio natural, enquanto na segunda, com o domínio do capital, o elemento social produzido historicamente se coloca de forma a afastar o homem da natureza.

Neste sentido, o pensamento de Marx, em seu rigoroso historicismo<sup>2</sup>, cria a possibilidade de reabertura de uma linha de pesquisa capaz de perceber que "o homem não vive em duas esferas diferentes, não habita por uma parte do seu ser, na história e pela outra na natureza. Como homem ele está junto e concomitantemente na natureza e na história" (KOSIK, 1976, p. 228).

O marxismo pode oferecer uma oportunidade efetiva de superação da dicotomia sociedade/ natureza no interior da geografia, na medida em que a separação entre o homem e as condições naturais de sua existência passa a ser vista como algo histórico e não meramente natural. Como ser histórico e,

---

<sup>2</sup> O historicismo, no sentido que Marx lhe dá, está presente em sua célebre afirmação de que o homem faz a história, mas não a faz como quer, mas sim em circunstâncias determinadas. Para elucidarmos o conceito de historicismo que aqui se usa é necessário salientar que há um historicismo que com a afirmação de historicidade acaba caindo num relativismo absoluto. Levando ao extremo, para ele, se tudo é histórico, feito na liberdade, nada acaba sendo histórico. Este historicismo afirma que o homem não faz a história, mas é a história que faz o homem.

portanto, social, o homem humaniza a natureza, mas também não deixa de reconhecê-la como totalidade absoluta na qual ele próprio se inclui. Neste sentido, o conhecimento da natureza e o seu domínio são condicionados socialmente, porém a sua existência não é condicionada por nada, nem por ninguém. O conhecimento do Universo e das leis naturais que o regem significa sempre conhecimento do próprio homem e conhecimento da sua própria natureza. Assim, como a natureza não é autêntica natureza sem o homem - isto seria apenas mais uma construção humana -, da mesma forma o homem não é homem se não estiver compreendido na estrutura da natureza.

O homem existe na totalidade do mundo, mas a esta totalidade pertence também o homem com sua faculdade de reproduzir espiritualmente a totalidade do mundo (KOSIK, 1976, p. 229).

